

APRESENTAÇÃO

NILMA LINO GOMES¹ 

WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO² 

RESUMO: Esta seção especial discute a diversidade como dimensão constitutiva das sociedades e das políticas educacionais, compreendendo-a como resultado de processos históricos e políticos marcados por relações de poder e desigualdade. Analisa as disputas em torno das concepções de diversidade, destacando a diferença entre abordagens mercadológicas e a concepção emancipatória da diversidade defendida pelos movimentos sociais. Argumenta que a efetivação de políticas educacionais comprometidas com a equidade requer a articulação entre reconhecimento e redistribuição, bem como o enfrentamento das tendências neoliberais e neoconservadoras que buscam neutralizar o caráter político das lutas por diversidade.

Palavras-chave: Educação. Políticas educacionais. Diversidade. Movimentos sociais. Equidade.

PRESENTATION

ABSTRACT: This special section examines diversity as a constitutive dimension of societies and educational policies, understood as the result of historical and political processes shaped by power relations and inequality. It discusses conceptual and ideological disputes surrounding the notion of diversity, emphasizing the distinction between market-oriented approaches and the emancipatory conception of diversity advanced by social movements. The argument developed here is that the implementation of educational policies committed to equity requires the articulation between recognition and redistribution, as well as confronting neoliberal and neoconservative trends that attempt to neutralize the political meaning of diversity struggles.

Keywords: Education. Educational policies. Diversity. Social movements. equity.

PRESENTACIÓN

RESUMEN: Esta sección especial artículo aborda la diversidad como una dimensión constitutiva de las sociedades y las políticas educativas, entendida como resultado de procesos históricos y políticos marcados por las relaciones

1. Universidade Federal de Minas Gerais  – Faculdade de Educação – Belo Horizonte (MG), Brasil.

2. Universidade Federal de Minas Gerais  – Faculdade de História – Belém (PA), Brasil.

Editora de seção: Ivany Pino 

de poder y la desigualdad. Analiza las disputas en torno a las concepciones de la diversidad, destacando la diferencia entre los enfoques de mercado y la concepción emancipadora de la diversidad que defienden los movimientos sociales. Argumenta que la implementación de políticas educativas comprometidas con la equidad requiere un equilibrio entre el reconocimiento y la redistribución, además de confrontar las tendencias neoliberales y neoconservadoras que buscan neutralizar la naturaleza política de las luchas por la diversidad.

Palabras clave: Educación. Políticas educativas. Diversidade. Movimientos Sociales. Equidade.

A diversidade, enquanto construção histórica, social, política e cultural das diferenças, é constitutiva das sociedades e sempre esteve no cerne das relações de poder e dominação (Gomes, 2007). Sua presença nas políticas e práticas educacionais revela projetos distintos de sociedade e humanidade, frequentemente em disputa. Compreender as origens e intencionalidades dos discursos sobre diversidade é essencial, pois estes podem operar tanto como instrumentos de emancipação quanto de exclusão, conforme reforcem o reconhecimento dos sujeitos e de seus saberes ou legitimem hierarquias e estigmatizações.

A politização da diversidade decorre das lutas de coletivos sociais diversos, transformados em desiguais nas históricas relações de poder, que reivindicaram igualdade, equidade e reconhecimento em contextos de desigualdade estrutural. Esses coletivos deslocaram o debate para o campo público, jurídico e educacional, sobretudo nas últimas décadas do século XX. Esse processo, embora fortemente presente no Brasil, também se verificou em outros contextos sociais e culturais. Grupos antes silenciados emergiram como atores políticos diante da expansão de um capitalismo homogeneizador que tenta suprimir diferenças culturais e epistemológicas. Paradoxalmente, o avanço democrático foi acompanhado de tentativas de neutralizar a politização da diversidade, transformando-a em mercadoria e em recurso simbólico do mercado global.

A transformação da diversidade em valor mercadológico produziu interpretações ambíguas e contraditórias. No contexto brasileiro, coexistem discursos que ora banalizam a diversidade, ora a reconhecem em sua dimensão crítica e política. Convivem, assim, perspectivas celebratórias impulsionadas por organismos internacionais e agentes privados com propostas originadas das lutas sociais, ancoradas em uma concepção emancipatória da diversidade. É nessa tensão que a diversidade se consolida como campo de disputa entre projetos de transformação social e lógicas neoliberais.

No século XXI, a diversidade vincula-se à luta contra desigualdades, violências e processos de inferiorização de povos, culturas, raças, etnias, gênero, orientação sexual, deficiência e religião. Esses temas assumem posição central nas políticas educacionais contemporâneas. A educação, pressionada por coletivos sociais diversos transformados em desiguais nas históricas relações de poder — como populações negras, indígenas, quilombolas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, com deficiência, do campo e de comunidades tradicionais —, é interpelada a rever suas bases epistemológicas e institucionais. As críticas aos currículos eurocentrados, às práticas racistas, sexistas, capacitistas e etaristas e aos processos avaliativos excludentes revelam a urgência em reconfigurar políticas educacionais, processos de formação docente, procedimentos da gestão escolar e linhas de financiamento em uma perspectiva democrática, equânime e emancipatória.

A formulação de políticas comprometidas com a diversidade requer um conceito de justiça que articule redistribuição e reconhecimento como dimensões interdependentes. Fraser (2009) propõe a paridade de participação, na qual o reconhecimento assume a forma de combate à subordinação de *status* e a redistribuição expressa o enfrentamento de desigualdades socioeconômicas. Aplicada à educação, essa abordagem indica que um dos principais desafios contemporâneos é articular, de modo emancipatório e

não reformista, o direito à educação, condições dignas de trabalho docente, gestão democrática, equidade, financiamento e concepção emancipatória da diversidade como princípios estruturantes das políticas públicas.

Essa perspectiva demanda a superação de modelos gerenciais e de políticas subordinadas à racionalidade do mercado. Implica reconfigurar currículos, processos formativos e práticas avaliativas de modo a consolidar a escola básica e a universidade como espaços de produção de conhecimento comprometidos com a emancipação dos sujeitos e com o reconhecimento de saberes historicamente subalternizados.

A trajetória das políticas educacionais brasileiras, contudo, permanece marcada por reformas parciais e pela continuidade de fundamentos coloniais e neoliberais. Educadoras e educadores vivem tensões entre políticas de reconhecimento da diversidade e políticas voltadas à padronização, à responsabilização individual e à lógica dos *rankings* internacionais. A precarização do trabalho docente e a imposição de modelos avaliativos uniformizadores restringem o potencial transformador das políticas e acentuam desigualdades estruturais.

A democratização do acesso à educação básica e superior, fruto das lutas sociais e dos processos de redemocratização, possibilitou a presença de novos grupos nas instituições públicas. Esses coletivos, oriundos das classes trabalhadoras e de contextos socioculturais diversos, impactaram profundamente as instituições ao afirmarem identidades, experiências e modos de conhecer antes excluídos. Essa presença tensiona as políticas educacionais, exigindo a articulação entre democracia, equidade e concepção emancipatória da diversidade, de maneira a evitar reduções formais da inclusão.

Ao desafiar o monopólio epistemológico eurocentrado, esses coletivos revelam outras racionalidades e modos de produção de conhecimento (Mignolo, 2003; Walsh, 2018). As políticas educacionais contemporâneas situam-se, assim, entre projetos em disputa: há, de um lado, uma agenda que reconhece a diversidade e a equidade como dimensões constitutivas do direito à educação e da construção de conhecimento; de outro, emergem proposições guiadas por valores mercadológicos, por práticas gerenciais e por visões moralistas e fundamentalistas que limitam o potencial democrático da educação. Entre esses polos, manifestam-se também políticas ambíguas, que oscilam entre o discurso da inclusão e a reprodução das desigualdades.

Vivemos um período de contradições. Avançam os ataques às políticas públicas e às pautas da diversidade, mas também se fortalecem as mobilizações sociais e intelectuais em defesa da educação pública, democrática, laica e socialmente orientada. A consolidação dessa concepção exige mobilização contínua e enfrentamento das tendências regressivas que ameaçam os direitos conquistados.

Como propõe hooks (2013), educar é transgredir. A educação comprometida com a transformação social deve questionar estruturas, redistribuir recursos, valorizar profissionais e assegurar condições efetivas de permanência e aprendizagem. Incluir não significa apenas garantir o acesso, mas transformar as estruturas que sustentam as desigualdades e criar políticas de reconhecimento e permanência que assegurem trajetórias educativas dignas.

Os artigos reunidos nesta sessão especial analisam as transformações promovidas pelos sujeitos pertencentes aos coletivos sociais diversos e pelos movimentos sociais e suas contribuições para a redefinição das políticas educacionais brasileiras. As reflexões abordam como as vivências sociais, culturais e políticas desses sujeitos e dos movimentos sociais que os representam têm tensionado concepções e práticas institucionais, abrindo caminhos para leituras críticas e ancoradas na concepção emancipatória da diversidade.

Conflito de interesse

Nada a declarar.

Declaração de disponibilidade de dados

Todos os dados foram apresentados e discutidos no presente artigo.

Contribuições das autoras

Conceitualização: Gomes NL, Coelho WNB; **Metodologia:** Gomes NL; **Análise Formal:** Gomes NL, Coelho WNB; **Escrita — Primeira Redação:** Gomes NL, Coelho WNB; **Aprovação final:** Gomes NL.

Financiamento

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.

Referências

FRASER, N. **Scales of justice: reimagining political space in a globalizing world**. Nova York: Columbia University Press, 2009.

GOMES, N. L. Indagações sobre currículo. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S.; NASCIMENTO, A. R. (org.). **Diversidade e Currículo**. Brasília: MEC/SEB, 2007. p. 17-43.

HOOKS, b. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/desenhos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

WALSH, C. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir e revivir**. Quito: Abya-Yala, 2018.

Sobre as Autoras

NILMA LINO GOMES é professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais e emérita da mesma instituição. Docente permanente do Programa de Pós graduação em Educação Conhecimento e Inclusão Social. É bolsista de produtividade em pesquisa 1D do CNPq.

WILMA DE NAZARÉ BAÍA COELHO é professora titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Pará. Docente permanente do Programa do Doutorado da Rede EDUCANORTE (UFPA); do Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB-UFPA) e, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (PPGAFRO-UFMA). É bolsista de produtividade em pesquisa Nível A do CNPq.

Recebido: 24 out. 2025

Aceito: 25 out. 2025